

MEC punirá escolas que cobram em OTNs

BRASÍLIA — A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) e os 26 sindicatos estaduais de proprietários de colégios, em reunião com o Secretário Geral do Ministério da Educação (MEC), Luiz Bandeira, pediram que o Governo puna as escolas que estão cobrando mensalidades em OTNs. As punições, previstas no Decreto 95.720, que instituiu a liberdade vigiada, vão desde a cobrança de multas até o congelamento da mensalidade.

— O MEC examinará meticulosa-mente as informações recebidas para punir os abusos através dos Conselhos Estaduais de Educação (CEEs). A escola pode cobrar seu custo mais um lucro de capital, não superior a dez por cento — explicou Bandeira.

No encontro, o Presidente do Grupo-Associação de Escolas Particulares de São Paulo, Roberto da Silveira Castro, solicitou que o MEC crie centrais de reclamações em todos os Estados. Bandeira informou que elas serão criadas, a partir das Delegacias Estaduais do Ministério (Demec). As reclamações poderão ser individuais, e não mais restritas a associações de pais e mestres, dire-



Luiz Bandeira (à direita), durante a reunião com os dirigentes da Fenen

tórios ou grêmios acadêmicos.

A Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (Abesc) e a Associação Brasileira de Mantenedores (ABM) apresentaram uma lista das mensalidades cobradas em dezembro e em março por todas as instituições superiores particulares. O Secretário Geral do MEC solicitou as mesmas informações à Fenen e aos sindicatos relativas às escolas de Primeiro e Segundo Grau, mas recebeu ape-

nas um levantamento geral da situação em cada Estado.

O representante da Associação das Escolas Particulares de São Paulo, Roberto Castro, disse que a liberdade vigiada foi mal explicada pelos Ministérios da Fazenda e da Educação:

— Este mês, todas as escolas teriam que reajustar no mínimo em 75 por cento por causa do aumento dos salários dos professores.